

ACTA DA ÚNICA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTIAGO DO CACÉM DO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E SETE-----

Aos vinte e nove dias do mês de Junho de dois mil e sete, reuniu pelas vinte e uma horas na Biblioteca Municipal Manuel da Fonseca, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, com a seguinte:-----

-----ORDEM DO DIA:-----

1. Expediente.-----

2. Actas.-----

3. Constituição de Comissões especializadas da Assembleia Municipal.-----

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL-----

a) Geminação entre a Cidade de Santiago do Cacém e a Cidade de Santiago de Compostela;-----

b) Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 1.500.000 euros;-----

c) 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos - PPI - 2007/2010;-----

d) 1ª Revisão às Actividades Mais Relevantes -AMRs – 2007/2010;-----

e) 1ª Revisão ao Orçamento de 2007;-----

f) Imputação das despesas com pessoal do quadro próprio e outro da Associação de Municípios do Litoral Alentejano – AMLA;-----

g) Imputação das despesas com pessoal do quadro próprio e outro da Associação de Municípios da Região de Setúbal – AMRS;-----

h) Imputação das despesas com pessoal do quadro próprio e outro da Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral – AMBAAL;-----

i) Repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) entre Receita Corrente e de Capital;-----

5. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA-----

Efectuada a chamada verificou-se estarem presentes os Membros: Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António Gonçalves Pereira, José Augusto Sabino Diogo, Margarida Isabel de Matos Pereira, António João Antunes Isidoro, Francisco José Alves Barbosa de Castro Roque, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Jorge Manuel Pereira Simões Romano Pinela, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito e Fernando Gonçalves dos Santos.---

Não compareceram os membros: Alexandre António Cantigas Rosa, Carlos Manuel L. Pereira Dias, João Saraiva de Carvalho, Igor Filipe Almeida Guerreiro, José Élio Sucena e José Joaquim Catalino dos Santos.-----

Verificou-se ainda a presença, do senhor Presidente da Câmara Municipal, Vítor Proença, e dos senhores Vereadores, Margarida Santos, José Rosado, Álvaro Beijinha, Manuel Mourão e Maria dos Anjos Polícia.-----

Foi dado início aos trabalhos da seguinte forma:-----

-----ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

O senhor Presidente colocou para apreciação os pedidos de suspensão do mandato, na presente Sessão, dos membros da Assembleia Municipal, eleitos da CDU, senhores, João Saraiva de Carvalho, por motivo de doença, José Élio Sucena e Igor Filipe Guerreiro, por razões de ordem profissional. -----

Não foram levantadas objecções, tendo os mesmos sido substituídos por eleitos que se seguem na Lista da CDU senhores, António Brites Afonso, José Manuel Guerreiro Neves e Alexandre Filipe Barradas, respectivamente.-----

O senhor Presidente deu ainda conhecimento que o senhor José Joaquim Catalino dos Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Abela, solicitou a sua substituição, na presente Sessão, pelo seu substituto legal no Executivo da Junta de Freguesia, senhor Albano Mestre.-----

RENÚNCIA AO MANDATO-----

O senhor Presidente deu conhecimento da renúncia ao mandato na Assembleia Municipal, do senhor Luís Filipe Nuno Florido Duarte, eleito do Partido Socialista, a qual foi remetida, hoje, por fax.-----

INSCRIÇÕES DO PÚBLICO-----

O senhor Presidente informou que o senhor José Ferro, representante das Comissões de Utentes do Município, se inscreveu para o uso da palavra sobre problemas relativos aos Cuidados de Saúde no Município.-----

ALTERAÇÃO À “ORDEM DO DIA”-----

O senhor Presidente colocou a aprovação da Assembleia Municipal a alteração à “Ordem do Dia”, para inclusão de mais uma proposta da Câmara Municipal, a constar como:

alínea “j) ER 261 – Pontão ao Km 51 + 120 – Substituição de Obra de Arte – reconhecimento de Interesse Municipal devido à ocupação de solos da REN.”-----

A proposta foi aprovada, por unanimidade.-----

DÉCIMO ANIVERSÁRIO DA FREGUESIA DE VALE DE ÁGUA-----

O senhor Fernando Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Água, deu conhecimento do programa das comemorações da elevação daquela localidade a Freguesia, convidando todos os membros da Assembleia Municipal para nelas participarem.-----

COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA SITUAÇÃO RELATIVA AO ENCERRAMENTO DO SADU – PRORROGAÇÃO DE PRAZO-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Vítor Barata, Coordenador daquela Comissão da Assembleia Municipal, o qual solicitou a prorrogação do prazo de

intervenção da mesma até à data da próxima Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, a qual terá lugar em Setembro do ano em curso.-----

O senhor Presidente colocou a proposta de prorrogação do prazo de intervenção daquela Associação para discussão.-----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que seria de agendar uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal para discutir a questão da Saúde.-----

O senhor Presidente referiu que, se houver factos relevantes sobre esta matéria, a sessão será realizada.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade**.-----

MOÇÃO DE APOIO À ACÇÃO DE PROTESTO, EM LISBOA, NO DIA 10 DE JULHO DE 2007, PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE UTENTES DO IP8.-----

Pelo senhor Pedro Gamito, em representação dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

“MOÇÃO-----

“- Considerando a importância estratégica do futuro Itinerário Principal nº 8 (IP8), entre Sines e Vila Verde de Ficalho, ligando a costa do Atlântico à fronteira com Espanha através do Baixo Alentejo (Sines/Santiago do Cacém/ferreira do Alentejo/Beja/Serpa/Ficalho);-----

- Considerando que essa via é fundamental para o desenvolvimento da região e do País, facilita a ligação do complexo portuário e industrial de Sines ao aeroporto de Beja, a Alqueva e à fronteira, agiliza o transporte de mercadorias de e para a Europa, potencia o turismo e a circulação de visitantes de e para Espanha, promove o desenvolvimento da região e do Concelho de Santiago.-----

- Considerando que é urgente o arranque das obras do IP8, tantas vezes prometido e sempre adiado pelo actual e por anteriores governos.-----

- Considerando que é inaceitável a intenção do Governo de construir o IP8 só entre Sines e Beja “suspendendo” o troço Beja/Serpa/Ficalho;-----

- Considerando que tem sido exemplar a actividade da Comissão de Utentes do IP8 no sentido de chamar a atenção da opinião pública para a necessidade da construção do IP8 e de reivindicar a sua construção e o arranque imediato das obras;-----

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém, reunida em sessão ordinária no dia 29 de Junho decide:-----

- Incentivar, apelar à participação dos munícipes e apoiar a acção de protesto promovida pela Comissão de utentes do IP8 no próximo dia 10 de Julho, em Lisboa, com uma delegação da Assembleia Municipal alargada de utentes, em frente ao Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações, no sentido de uma vez mais exigir a construção do IP8 entre Sines e Vila Verde de Ficalho, com quatro vias, perfil de auto-estrada e sem portagens em toda a sua extensão, bem como o início imediato das obras, conforme tem sido prometido pelo Governo e é do interesse das populações, dos concelhos, da região e do País.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão.-----

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que é importante estar atento ao desenvolvimento deste processo e que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, contribuam no sentido de sensibilizar os órgãos do Governo para darem uma resposta sobre esta matéria, a qual se reveste da maior importância para o desenvolvimento do Alentejo.-----

Acrescentou concordar que se canalizem energias para desenvolver acções junto do Governo, no sentido das obras avançarem, com o modelo mais adequado, de Beja até Ficalho, ou não, dado que se trata de uma matéria subjectiva, mas não concorda com manifestações, das quais nada resulta.-----

Interveio o senhor Jaime Cáceres, começando por referir que o IP8 é, desde há muitos anos, da maior importância para o Litoral Alentejano e para o Alentejo em geral. Acrescentou que a mesma faz falta à região agora e no futuro, tendo em conta que em Sines existe o maior porto da Europa, de onde é necessário escoar produtos para a mesma, não existindo resposta por parte da rede ferroviária, pelo que, não compreende a afirmação do senhor Arnaldo Frade ao considerar que a extensão daquele Itinerário Principal, de Beja a Ficalho, é uma questão subjectiva, quando Sevilha está a trezentos quilómetros do Município.-----

Recordou que no Plano Rodoviário 2000 estava prevista a intervenção naquele IP como via estruturante de ligação à Europa, contudo, enquanto no Norte se avançou com o IP4 e o IP5, o Alentejo continua sem ter uma acessibilidade directa que ligue o litoral e o interior à Europa, pelo que, considera que é tempo de dizer “basta” a esta postura dos sucessivos governos, com as formas de luta possíveis, questionando se os Alentejanos vão ter que esperar mais vinte ou trinta anos por esta via estruturante.-----

O senhor Arnaldo Frade esclareceu que quando referiu que a escolha do modelo da via era uma questão subjectiva, foi por considerar que pode haver opiniões diferentes sobre esta matéria, o que é legítimo em democracia. -----

Acrescentou que defende que a Assembleia Municipal deve apoiar as acções da Comissão junto do Governo, mas tem dúvidas que seja com placares e bandeiras que a situação se resolva.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** de Moção a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com vinte votos a favor, dezanove dos eleitos da CDU, e um do eleito do BE, e nove abstenções, seis, dos eleitos do PS, e três dos eleitos do PSD.-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: O senhor Arnaldo Frade declarou que a abstenção expressa concordância relativamente à atenção e ao apoio que deve ser dado à Comissão na sua acção para a construção daquela via, mas não é de apoio à manifestação, porque não lhe parece a forma mais adequada para atingir o objectivo.-----

Esta declaração foi subscrita pelos restantes eleitos do PS.-----

MOÇÃO SOBRE O ENCERRAMENTO DE ESCOLAS DO PRIMEIRO CICLO DO MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO CACÉM-----

Pela senhora Paula Lopes, em nome dos eleitos da CDU, foi apresentada a seguinte proposta de Moção:-----

“MOÇÃO-----

Considerando que:-----

- O Ministério da Educação remeteu à Câmara Municipal de Santiago do Cacém um fax no dia 04 de Maio de 2007, confirmando a suspensão de algumas escolas do Concelho de Santiago do Cacém:-----

EB1 de Brescos, EB1 de Aldeia do Cano, EB1 de Pouca Farinha, EB1 de S.Francisco da Serra, EB1 de Boticos – Arealão, EB1 de Foros do Locário.-----

Mais acrescentaram que, quando concluídas as novas instalações da Escola Básica do 1º Ciclo de Santiago do Cacém, seriam suspensas também as escolas de: EB1 das Relvas Verdes, EB1 de Santa Cruz e EB1 de Aldeia dos Chãos;-----

Considerando que:-----

- A Assembleia Municipal aprovou por unanimidade e aclamação uma moção a manifestar o seu repúdio pela proposta apresentada à Câmara Municipal pelo Ministério da Educação visando o encerramento de 8 escolas do 1º Ciclo do Concelho de Santiago do Cacém;

Considerando que:

- O Conselho Municipal de Educação aprovou com 11 votos a favor e 1 contra (sendo que o único voto contra é da representante da DREALentejo).

- 1) Se lamenta e rejeita o procedimento unilateral da DREALentejo sobre a suspensão de várias escolas do 1º Ciclo do Concelho de Santiago do Cacém;
- 2) Se visa chamar a atenção para a necessidade de ocorrerem nas escolas acolhedoras investimentos antes da suspensão de qualquer estabelecimento escolar;
- 3) Apesar de se concordar com o teor do fax remetido ao senhor Director Regional de Educação pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, salientando o facto de não ter em conta a opinião do Conselho Municipal de Educação, assim como o processo de elaboração da carta educativa em curso;

Considerando também que:

Assume particular relevância:

A reunião pública alargada realizada no dia 20 de Junho em Brescos sobre todo este processo e que contou com as presenças de: Presidente e Vereadores da Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Director Regional de Educação, Deputados da Assembleia Municipal, Presidentes das Juntas de Freguesia, Alunos, Pais e Encarregados de Educação, Associações de Pais, Instituto das Comunidades Educativas, População do Concelho entre outros, na qual se concluiu, por unanimidade:

- Dar um prazo de uma semana à DREALentejo para alterar a sua posição relativamente à posição assumida (dia 27 de Junho).

- Voltar a reunir após essa data, mediante a resposta, para tomar outras medidas que se considerasse oportunas.

- Tendo conhecimento que a DREA suspendeu o encerramento das escolas EB1 de S. Francisco e do Arealão:

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém considera que o Ministério da Educação ignorou algumas das análises e pareceres dos órgãos autárquicos do Concelho de Santiago do Cacém, assim como a opinião das populações e demais entidades ouvidas no processo.

A Assembleia Municipal de Santiago do Cacém saúda a decisão já tomada, mas solidariza-se e manifesta-se disponível para apoiar e participar nas iniciativas que venham a ser tomadas visando alterar a posição do Ministério da Educação.”

O senhor Presidente colocou a proposta de Moção para discussão.

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que a Moção sobre este assunto aprovada em anterior sessão da Assembleia Municipal, manifestava preocupação pela intenção da DREA de encerrar mais escolas, mas não repúdio.

Mais referiu que a preocupação a ter sobre este assunto não é tanto sobre o encerramento de uma determinada escola, mas sim sobre o modelo de ensino a adoptar, acrescentando que todas as crianças devem ter igualdade de oportunidades, na medida do possível, contudo, considera que não pode defender que em Santiago haja um determinado tipo de qualidade pedagógica e de condições para as crianças e querer que

em Ermidas ou Alvalade existam as mesmas condições, porque há diferenças, no entanto, considera que, dentro da mesma freguesia, deve existir igualdade de oportunidades.-----

Mais referiu que não defende que uma criança que vive isolada num monte frequente uma escola também isolada e sem condições, pelo que, considera importante que a comunidade discuta o modelo de organização escolar mais adequado.-----

Referiu ainda que lhe faz alguma confusão que a Moção se refira ao Conselho Municipal de Educação, o qual só agora foi criado, bem como a uma Carta Educativa que não existe no Município, considerando que quando se faz referência a esta matéria também se deve ter em conta as responsabilidades da Autarquia neste âmbito, assim como lhe parece que é importante que a Câmara Municipal, perante a evidência de encerramento das escolas, tome medidas para aquisição de viaturas, sem pagamento do Imposto Automóvel (IA), assim como outras medidas que possam ser apoiadas pela DREA e que se traduzam em menos custos para o Município.-----

Referiu ainda que não tem uma opinião formada sobre o encerramento das escolas em causa, contudo, considera que deve existir em cada freguesia um centro escolar que garanta a igualdade de oportunidade a todas as crianças, para o qual a Autarquia possa também assegurar o transporte.-----

A senhora Paula Lopes referiu que a informação de que dispõe é que nas escolas há sempre um professor que assegura as substituições.-----

Mais referiu que é um facto que o Conselho Municipal de Educação é recente, mas também é um facto que está a trabalhar.-----

Interveio o senhor Fernando Gonçalves, referindo que o encerramento de algumas escolas se reflecte negativamente na qualidade de vida das crianças, dando como exemplo o encerramento da EB1 de Vale das Éguas, o que obrigou ao transporte para a EB1 de S. Domingos de crianças com seis anos, as quais fazem duas viagens, que totaliza quarenta quilómetros/dia, com a saída de casa às oito horas da manhã e regresso às dezoito e trinta, questionando sobre as condições que estas crianças têm para estudar quando retornam a casa, e que sucesso escolar se pode obter com esta situação.-----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que este assunto tem vindo a ser debatido há algum tempo, e que, noutros momentos, houve acordo relativamente ao encerramento de algumas escolas que não tinham condições pedagógicas para funcionar, situação que, em sua opinião, deve ser avaliada caso a caso.-----

Acrescentou que começa a considerar que os organismos públicos terão que ser capazes de demonstrar que há vantagens pedagógicas no encerramento de algumas escolas, porque estas medidas lhe suscitam reservas.-----

Mais referiu que os organismos públicos responsáveis na área da educação têm que ser capazes de argumentar e demonstrar que há vantagens pedagógicas no encerramento de algumas escolas, porque são muitas as dúvidas que se levantam quando se admite o encerramento da EB1 de Santa Cruz, sendo do conhecimento geral que aquela escola reúne todas as condições para funcionar.-----

Acrescentou que, não sendo contra o encerramento de algumas escolas, considera que é preciso exigir outro tipo de atitude das entidades responsáveis, no sentido de provarem que as medidas que tomam visam, efectivamente, o incremento da qualidade do ensino.--

O senhor Jaime Cáceres referiu que não é aceitável que não sejam tidos em conta, pelo Governo, os pareceres das Autarquias sobre o encerramento das escolas no Município, quando estas têm investido fortemente no sentido de dotar as escolas com melhores

condições para o seu funcionamento, como foi o caso na Freguesia de Santo André, onde foram construídos refeitórios, num só ano lectivo, na EB1 de Brescos e na EB1 de Deixa-o-Resto, contribuindo para um aumento significativo do número de alunos inscritos, escolas estas com projectos educativos, onde os alunos tem obtido sucesso.---- Acrescentou que a EB1 de Brescos tem já inscritos quinze alunos para o próximo ano lectivo, tem um projecto educativo e está integrada na Quinta da Educação, podendo o número de alunos vir a aumentar, caso o Governo se decida a aprovar os Planos de Pormenor de Brescos e da Costa de Santo André. -----

Referiu ainda que algo está mal quando não são tidos em devida conta os pareceres que são dados pelos eleitos, com base no que é a vontade das populações, acrescentando que, se a EB1 de Brescos encerrar, a população de Santo André tem todo o direito de lutar, pese embora o receio das manifestações por parte de alguns, como se estas não fossem um direito democrático.-----

Mais referiu que na Cidade de Vila Nova de Santo André não existe uma escola que possa acolher quatrocentos e cinquenta alunos, oriundos das outras escolas da freguesia. Acrescentou que a EB1 da Aldeia de Santo André chegou a ter três alunos e agora tem vinte e cinco alunos.-----

Concluiu, referindo que o encerramento das escolas é uma medida economicista que pouco tem a ver com preocupações pedagógicas.-----

Interveio o senhor Jorge Pinela, referindo que há um dado, de que a Assembleia não dispõe, que considera importante para uma avaliação desta medida, o qual tem a ver com os resultados da avaliação dos alunos das escolas que o Ministério pretende encerrar, porque se os mesmos foram piores que nas outras escolas, seria mais fácil compreender esta medida, caso contrário, dificilmente se poderá aceitar.-----

Mais referiu concordar com o encerramento de algumas escolas, mas entende que este processo deve evoluir de forma gradual, depois de criadas condições nas escolhas de acolhimento, caso contrário, será dado mais um passo que poderá afectar a qualidade do ensino.-----

O senhor Arnaldo Frade esclareceu que não tem medo das manifestações, mas entende que os problemas não se resolvem por essa via, acrescentando que, se considerasse que aquele era um modelo de acção eficaz já o teria adoptado para resolver questões que são da competência da Câmara Municipal, as quais vem colocando na Assembleia Municipal, há anos, sem resultados.-----

O senhor Jaime Cáceres referiu que nem todos têm a possibilidade de apresentar os problemas em diferentes espaços políticos, nas rádios e nos jornais.-----

Acrescentou que os eleitos tem que ser respeitados assim como a população, a qual pode contar com os membros da CDU para a apoiar nas manifestações que tiverem que realizar para fazerem ouvir os seus direitos.-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual começou por referir que a questão do encerramento das escolas se começou a colocar há cerca de vinte anos atrás, defendida por alguns, por razões pedagógicas e de modernização com vista a uma maior aproximação dos parâmetros europeus. Contudo, alguns dos eleitos do Poder Local que tinham este discurso, já mudaram de opinião, porque nos seus Municípios não param de encerrar escolas, ultrapassando tudo o que aqueles consideravam como razoável. Acrescentou que no Município de Santiago do Cacém, o actual executivo, e os executivos anteriores concordaram com o encerramento de algumas escolas, depois de devidamente analisada cada situação e salvaguardando o direito dos alunos, com a criação de melhores oportunidades de ensino. -----

Informou que já foram encerradas no Município, com o parecer favorável da Câmara Municipal, as escolas de: Azinhal, Costa de Santo André, Salema, Ademas, Cerro Vermelho, Areal, Casas Novas, Ermidas aldeia, Foros da Casa Nova, Cova do Gato, Foros do Corujo, Catifarras e Foros da Quinta. Acrescentou que a EB1 de Vale das Éguas também foi encerrada, mas com o parecer desfavorável das Autarquias. Contudo, referiu que o Ministério da Educação ameaça encerrar ainda mais nove escolas no Município, entre as quais a EB1 de Santa Cruz, ficando aquela Freguesia sem uma única escola a funcionar, o que é caso inédito no Município.-----

Mais informou que no Conselho Geral da ANMP, os eleitos do Poder Local tem manifestado, por unanimidade, a sua discordância relativamente ao encerramento das escolas por todo o País, porque consideram que não está a haver razoabilidade nesta acção, ultrapassando tudo o que é aceitável.-----

Acrescentou que o que está em causa é a redução, a todo o custo, do défice do Ministério da Educação, o que passa pela diminuição do montante dispendido em honorários aos professores, tendo o Ministério já poupado sete milhões de euros com esta medida.-----

Mais considerou que as questões pedagógicas e a igualdade de oportunidades não existem, quando se sabe que há crianças que a única refeição que tomam é na escola, acrescentando que, em sua opinião, a igualdade de oportunidades começa com o rendimento das famílias, passa pela estabilidade familiar, pelos transportes, pelas acessibilidades, pelas condições que as crianças tem nas escolas, porque a igualdade de oportunidades é um conjunto de factores, não é um factor, não tendo a ver somente com a rede escolar. Mais referiu que há escolas com cento e cinquenta alunos que são escolas isoladas, como já houve uma no Município, porque não aproveitam os recursos ao seu dispor.-----

Referiu ainda que o Poder Central se demitiu das suas obrigações relativamente ao Primeiro Ciclo, tem investido nos outros graus de ensino, mas relativamente a este, salvo o pagamento dos honorários aos professores, tem sido o Poder Local a assumir as responsabilidades que àquele compete.-----

Acrescentou que a Câmara Municipal tem feito um grande esforço de investimento nas escolas, só na EB1 da Sonega e na EB1 do Cercal despendeu mais de cem mil euros, recorrendo a candidaturas, sem que, até agora, tenha recebido a devida participação, ao qual acresce as obras de conservação e a construção de cantinas escolares em outras escolas do Município.-----

Relativamente ao facto do Município não ter ainda a Carta Educativa, considerou que, se a mesma se destina a vincular a Administração Central ao planeamento aprovado pelos Municípios, o que se constata é que o País está cheio de logros nesta matéria, ou seja, em dezenas de casos, o Ministério da Educação não quis saber das cartas educativas aprovadas nos Municípios para tomar as suas decisões, foram, pura e simplesmente, ignoradas.-----

Quanto ao Conselho Municipal de Educação, informou que este reuniu para se pronunciar sobre a proposta da DREA, de encerramento de escolas no Município, tendo tomado posição, por maioria, só com um voto contra, da representante da Direcção Regional de Educação.-----

Mais considerou que o encerramento das escolas faz parte de uma estratégia do Governo, a nível Nacional, de encerramento de Serviços Públicos, à qual se tem vindo a assistir, e nos quais o Estado tem um papel cada vez menor, passando para a sociedade a resolução dos problemas.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra à senhora Vereadora Margarida Santos, a qual esclareceu que relativamente ao eventual encerramento da EB1 dos Foros do Locário, se coloca o problema do transporte das nove crianças para a EB1 de S. Domingos e o problema das refeições, as quais, dificilmente, a Casa do Povo poderá assegurar. O mesmo sucederá com os doze alunos da EB1 do Arealão que terão que se deslocar para Abela.-----

Acrescentou que estas questões práticas que se colocam também põem em causa a igualdade de oportunidades e as questões pedagógicas, porque condicionam a aprendizagem das crianças.-----

Relativamente à EB1 da Pouca Farinha, referiu que tinha sido colocado a hipótese de afectar mais uma sala ao Pré-escolar na EB1, nº 2 do Cercal, para dar resposta às necessidades na freguesia, funcionando aquele escola com o 1º Ciclo, pelo que, se a mesma encerrar, vai ser difícil dar uma resposta adequada.-----

Quanto à EB1 de Brescos, considerou que é mais um exemplo de que as Autarquias têm vindo a investi, no sentido de criarem condições para o aumento do número de alunos.---

Informou ainda que as taxas de aproveitamento nas EB1 de, Aldeia do Cano, Brescos, Pouca Farinha e Arealão, foram de cem por cento, na EB1 de Foros do Locário noventa por cento, e na EB1 de S. Francisco da Serra, setenta e cinco por cento.-----

Sobre a Carta Educativa, esclareceu que no Baixo Alentejo não é só Santiago do Cacém que ainda não dispõe daquele documento, o mesmo acontece nos Municípios de Alcácer do Sal e de Avis.-----

Acrescentou que a Carta Educativa é importante para a estratégia educativa dos Municípios, contudo, as constantes violações das mesmas, por parte do Ministério da Educação, colocam em causa a sua validade.-----

O senhor Arnaldo Frade solicitou esclarecimentos sobre as razões objectivas que tiveram na base do parecer da Câmara Municipal sobre o encerramento da EB1 de Aldeia do Cano.-----

A senhora Vereadora Margarida Santos esclareceu que, no último ano lectivo, frequentaram aquela escola quatro alunos e no próximo ano lectivo seriam somente três alunos, pelo que, todas as partes acordaram que seria melhor deslocar as crianças para a EB1 do Cercal.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta de Moção** a votação, tendo sido **aprovada, por maioria**, com vinte e três votos a favor, dezanove dos eleitos da CDU, três dos eleitos do PSD e um do eleito do BE, e seis abstenções, dos eleitos do PS.-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo senhor Arnaldo Frade, em nome dos eleitos do PS, foi feita a seguinte declaração de voto: “A questão do encerramento das escolas é da maior importância e é obrigação do Município, Câmara Municipal e Assembleia Municipal, ter um postura de vigilância sobre a matéria. -----

Cada um tem a sua responsabilidade e, se é preciso exigi-la à DREA quando esta lhe cabe, também não podemos esquecer que só recentemente foi criado o Conselho Municipal de Educação, o qual nos podia fazer um relatório sobre a situação real de cada escola, para podermos ajuizar, e que não temos Carta Educativa onde se podia perceber qual a estratégia do Município relativamente aos investimentos no parque escolar, o que também nos dificulta uma tomada de posição substancial e de outra forma, por isso nos abstemos.”-----

Pelo senhor Francisco Roque foi feita a seguinte declaração de voto: “ Não sendo por princípio favorável à manutenção ou ao encerramento de escolas, em que o pressuposto deverá ser a melhoria da qualidade do ensino com um critério essencialmente

pedagógico. No entanto, considero que para o encerramento das escolas deverá haver outro tipo de atitudes por parte dos organismos públicos nomeadamente, através de um cabal esclarecimento das vantagens do encerramento de algumas escolas e sobretudo o diálogo e entendimento com as Autarquias.”-----

ESTRADA MUNICIPAL DE BRESCOS-----

O senhor Francisco Roque alertou mais uma vez para a degradação do piso daquela via, em alguns pontos, apelando para que a intervenção prevista avance o mais rapidamente possível, porque a situação é perigosa para o trânsito.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que já foi lançado concurso para a empreitada, prevendo a adjudicação da obra, no primeiro trimestre de dois mil e oito. Acrescentou que o valor base da empreitada é de cerca de trezentos mil euros e contempla a construção de passeios, pluviais, pavimentação e sinalização.-----

ALDEIA DE SANTO ANDRÉ – PAVIMENTOS E TRÂNSITO-----

O senhor António Isidoro chamou a atenção para a situação na Rua do Guadiana, no Loteamento na aldeia de Santo André, onde houve uma intervenção nas infra-estruturas, não ficando os passeios com o mesmo alinhamento que tinham, o que obriga os condutores a sair fora de mão e a estacionar sobre os mesmos. Acrescentou que lhe foi dito a si e ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santo André, Jaime Cáceres, que seria colocado tout-venant naquela via, contudo, passaram quatro meses e a situação é a mesma.-----

Chamou também a atenção de que foi construído um muro, demasiado alto, no cruzamento da Rua do Guadiana com a Rua do Porto de Sines, que impede a visibilidade naquele local, situação perigosa que pode originar acidentes.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, o qual informou que vai verificar aquela situação, acrescentando que, se a obra não tiver em conformidade com o projecto, terá que ser corrigida.-----

O senhor António Isidoro referiu que as suas reservas não são relativamente ao facto do empreiteiro não ter respeitado o projecto, mas sim a quem aprovou o que está a ser feito.-----

Mais referiu estar disponível para acompanhar quem se deslocar ao local para verificar a situação.-----

OBRAS NO CENTRO HISTÓRICO DE SANTIAGO DO CACÉM-----

O senhor Nuno Brás referiu que é do conhecimento geral que está em curso um conjunto de obras no Centro Histórico da Cidade, algumas da iniciativa da Câmara Municipal e outras particulares, as quais têm causado algum transtorno aos peões e aos automobilistas que por ali circulam. Contudo, considerou notório o empenho na realização das obras, as quais irão contribuir para o sucesso da iniciativa que vai decorrer em Santiago do Cacém, embora lhe pareça que nalguns casos pontuais a intervenção possa ser excessiva e pode levar a alguma perda de recursos.-----

Mais referiu que é tempo da Câmara Municipal e as entidades da Administração Central começarem a pensar de maneira diferente sobre dois equipamentos existentes no Centro Histórico; a Igreja Matriz, a qual deverá ser considerada monumento nacional, e o Castelo, retirando o cemitério do seu interior.-----

Acrescentou que também deve ser dada resposta à Paróquia de Santiago do Cacém para se avançar com a construção da nova igreja.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que aquelas obras no Centro Histórico compreendem uma intervenção de fundo ao nível das infra-estruturas.-----
Relativamente à nova igreja, informou que a Câmara Municipal já disponibilizou um lote de terreno para a sua construção.-----

Quanto à retirada do cemitério do interior do Castelo, referiu que se trata de uma questão delicada, relativamente à qual já foram feitas diligências. Contudo, acrescentou que a existência do cemitério no interior do Castelo tem contribuído para a sua preservação.-----

Passou em seguida a palavra ao senhor Vereador José Rosado, o qual começou por referir que a grande intervenção que está em curso no Centro Histórico, embora esteja associada ao evento que vai ter lugar, durante alguns meses, na Igreja Matriz, a exposição “No caminho sob as estrelas – Santiago e a peregrinação a Compostela”, são obras de beneficiação daquele espaço para ficarem e para dar continuidade. -----

Acrescentou que a intervenção que está sendo feita pelos funcionários da Câmara Municipal e por outras entidades compreendem nomeadamente, a beneficiação do piso na envolvente à Igreja Matriz, a alteração e reforço da iluminação no passeio das Romeirinhas e da Capela de S. Pedro, bem como noutros locais, a colocação de novos candeeiros e outro mobiliário urbano, a pavimentação com pedra de calçada na Praça Conde do Bracial, a passagem subterrânea das redes eléctricas e de telecomunicações, os arranjos exteriores, os quais incluem novos jardins, pinturas, caiação e limpeza geral daquele espaço, e ainda a criação de um parque de estacionamento, em Vale Matanças.--
Acrescentou que é de realçar o empenho dos funcionários da Câmara Municipal, os quais não têm poupado esforços para que as obras fiquem concluídas antes da inauguração daquele evento.-----

O senhor Arnaldo Frade considerou positiva a intervenção no Centro Histórico, embora o surpreenda a sua grande dimensão, numa só fase. -----

Acrescentou que também se devia ter em atenção a situação dos centros históricos das outras localidades do Município.-----

Interveio novamente o senhor Nuno Brás, referindo que, globalmente, considera positivo o que está a ser feito, contudo, há algumas intervenções pontuais em edifícios que não são Municipais que não justificam os gastos.-----

QUARTÉIS DA GNR NO MUNICÍPIO-----

A senhora Maria Olímpia solicitou informação sobre rumores relativos a um possível encerramento do quartel da GNR de Ermidas.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal informou que numa edição do jornal “O Sol” saiu um lista de quartéis daquela Força de Segurança, com menos de dez efectivos, que podiam vir a ser encerrados, na qual constava o quartel de Ermidas.-----

Mais informou que solicitou uma reunião com o senhor Secretário de Estado da Administração Interna para análise da situação, não tendo, até agora, recebido resposta. Acrescentou que colocou a questão à senhora Governadora Civil, a qual o informou não estar previsto o encerramento daquele quartel, nem do quartel de Alvalade, ambos com menos de dez efectivos.-----

Informou também que colocou a mesma questão ao Comando da GNR, tendo sido informado que este tinha dado pareceres desfavoráveis ao encerramento daqueles quartéis e do quartel de Cercal do Alentejo, este com mais de dez efectivos.-----

O senhor Arnaldo Frade deu conhecimento de que a Assembleia de Freguesia de Ermidas reuniu no dia vinte e sete do mês em curso, tendo deliberado remeter ofícios ao Governo Civil, à Câmara Municipal, Assembleia Municipal e Conselho Municipal de

Segurança, solicitando mais informações sobre este assunto e mostrando preocupação sobre o mesmo.-----

ERMIDAS – ENCERRAMENTO DE CAMINHO-----

A senhora Maria Olímpia solicitou esclarecimentos sobre o encerramento de um caminho naquela Vila.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal passou a palavra ao senhor Vereador Álvaro Beijinha, o qual informou que a Fiscalização Municipal foi ao local, tendo apurado que se trata de um caminho construído, em terreno privado, pelo senhor Carlos Calisto, de acesso à sua moradia, o qual não está cartografado. Acrescentou que os Serviços Jurídicos da Câmara Municipal estão a analisar este assunto, para apurar se o caminho é público ou privado.-----

PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO-----

Cuidados de Saúde no Município-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor José Ferro, da Comissão de Utentes dos Serviços Públicos da Freguesia de Santo André, o qual começou por informar que a sua intervenção é também em representação das outras Comissões de Utentes do Município.-----

Informou que as Comissões de Utentes entregaram na Assembleia da República duas petições sobre os Cuidados de Saúde no Município, a primeira em trinta e um de Maio de dois mil e seis e a segunda em nove de Setembro de dois mil e seis, sendo que a primeira vai ser discutida em plenário, no dia onze de Julho de dois mil e sete, apelando à participação dos eleitos. Informou que está sendo feito um apelo à população para se deslocar naquele dia à Assembleia da República.-----

Referiu que o encerramento do SADU e as suas consequências negativas terão que continuar a ser abordadas durante muito tempo. Acrescentou que o SADU funcionava doze horas por dia, durante trinta dias, com dois médicos, o que totalizava setecentas e vinte horas de serviço/médico/mês, correspondendo ao atendimento a uma média de dois mil quatrocentos e vinte e quatro utentes, sendo que somente nove por cento dos utentes eram encaminhados para o Hospital do Litoral Alentejano.-----

Referiu também que importa fazer um balanço das consequências do encerramento daquele Serviço para as populações, considerando que houve uma melhoria quantitativa nos atendimentos de proximidade, mais mil duzentas e cinquenta consultas, correspondendo a trezentos e oitenta e quatro horas/mês, mas somente no período de vinte e dois dias, porque as extensões de Saúde não funcionam nos fins de semana e só foram contempladas sete freguesias, pelo que se perdeu doze horas/dia de atendimento médico, ou seja, setecentas e vinte horas/mês, o que corresponde a menos mil e duzentas consultas. Assim como também se perderam trinta horas/mês de serviços de enfermagem, pelo que, o défice apurado, é de uma média de quarenta utentes/dia sem consultas médicas em todo o Município.-----

Mais referiu que as Comissões de Utentes se sentem defraudadas nas suas expectativas relativamente à acção da “**Comissão de acompanhamento da situação relativa ao encerramento do SADU**” constituída na Assembleia Municipal, com a qual já reuniram, tendo concluído que o trabalho desta Comissão só resultará se for feito no terreno junto das populações e não só com base em contactos com as entidades ligadas ao sector da Saúde, porque assim só conhecerá uma versão parcial da situação, não podendo chegar a conclusões verdadeiras.-----

O senhor Vítor Barata, Coordenador daquela Comissão, referiu que o objectivo da Comissão é ouvir todas as partes envolvidas no processo nomeadamente, o Centro de Saúde, a Delegação de Saúde, O Hospital do Litoral Alentejano e os utentes, estes, através das Comissões de Utentes, não lhe parecendo que o papel desta Comissão seja o de fazer inquéritos aos utentes, até porque entende que isso seria passar um atestado de menoridade às comissões de utentes. -----

Interveio o senhor Fernando Pereira de Sousa, referindo que extraiu da intervenção do senhor José Ferro que o mesmo já concluiu, por antecipação, que as conclusões que a Comissão vai tirar neste processo, são mentirosas, pelo que, caso a Assembleia perfilhe esta opinião, não faz sentido a existência da mesma.-----

O senhor Francisco Roque considerou que a intervenção do senhor José Ferro foi no sentido de avisar os eleitos na Assembleia que os responsáveis daquelas instituições de Saúde, poderão tomar posições parciais na defesa da política de Saúde que está em curso.-----

Mais referiu que os membros da Comissão consideraram que os interlocutores privilegiados para lhes transmitir o sentimento dos utentes seriam as comissões de utentes, mas também consideraram que seria importante consultar os presidentes das juntas de freguesia para tentar obter um retrato da situação nas respectivas freguesias, pelo que, apelou para que os mesmos façam um levantamento da mesma.-----

Mais referiu que o encerramento do SADU apresenta duas situações novas, por um lado, uma eventual melhoria no tratamento de proximidade, por outro lado, a situação das urgências, pelo que, considera que terão que ser devidamente analisadas algumas questões que foram colocadas à Comissão.-----

O senhor José Ferro esclareceu que não foi sua intenção apelidar a Comissão da Assembleia de mentirosa, contudo, voltou a referir que, se a Comissão não ouvir as populações, só poderá tirar conclusões parciais da situação.-----

-----**ORDEM DO DIA:**-----

1. Expediente.-----

Foi dado conhecimento da relação do expediente que deu entrada nos Serviços da Assembleia Municipal desde a última Sessão Ordinária, em vinte de Abril de dois mil e sete, até vinte de Junho de dois mil e sete, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número nove, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

2. Actas.-----

O senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número dois**, da Sessão Ordinária de vinte e três de Fevereiro de dois mil e sete, a qual foi **aprovada, por maioria**, com seis abstenções, dos senhores, António Afonso, José Neves, Alexandre Barradas, Albano Mestre, António Albino e Jaime Cáceres, por não terem estado presentes.-----

O senhor Presidente colocou para discussão e aprovação a **acta número três**, da Sessão Ordinária de vinte de Abril de dois mil e sete, a qual foi **aprovada, por maioria**, com oito abstenções, dos senhores José Diogo, Jorge Pinela, Rui Madeira, António Afonso, José Neves, Alexandre Barradas, Albano Mestre e Jaime Cáceres.-----

3. Constituição de Comissões especializadas da Assembleia Municipal.-----

O senhor Presidente colocou para discussão a seguinte proposta entregue na Mesa pelo senhor Arnaldo Frade, em representação do Grupo Municipal do PS:-----

“PROPOSTA DE CONSTITUIÇÃO DE COMISSÕES ESPECIALIZADAS-----

“A Assembleia Municipal é um órgão do Município que detém um conjunto de competências do maior interesse para a comunidade que deve servir.-----

O seu acompanhamento da actividade do Órgão Câmara Municipal e do desempenho de outras instituições cujo trabalho tenha repercussão na área do Município é uma dessas competências.-----

Para que esse acompanhamento seja mais eficaz, torna-se a nosso ver, útil e desejável a constituição, no seu âmbito, de Comissões Especializadas com esse fim.-----

Todavia, e sem prejuízo de um possível alargamento no futuro, tendo em conta a inexistência, no nosso Município, de experiências do género no passado e no presente, consideramos aconselhável que se avance com ponderação.-----

Nesse sentido, o Grupo Municipal do PS na Assembleia Municipal, **propõe**:-----

**- A constituição de quatro Comissões de Acompanhamento: -----
(Ambiente, Desenvolvimento Económico, Educação, Saúde);-----**

- Que cada uma delas seja constituída por cinco elementos:-----
(Dois elementos da CDU e um de cada um dos restantes partidos);-----

- Que cada Comissão seja presidida por um eleito de uma das forças políticas com representação na Assembleia;-----

- Que cada uma dessas forças políticas assegure a presidência de uma Comissão.-----

A cada partido caberá indicar os seus representantes em cada uma das Comissões, bem como quem ocupará a presidência que lhe compete assegurar.-----

A identificação da força política que presidirá a cada uma das Comissões em concreto, será encontrada por consenso partidário ou, caso tal não seja possível, na sequência de uma proposta apresentada por qualquer partido e aprovada por maioria simples dos membros que compõem o órgão.” -----

Interveio o senhor Francisco Roque sugeriu que no âmbito destas comissões fossem criados grupos de trabalho, permitindo a possibilidade de integração nos mesmos de elementos exteriores à Assembleia Municipal, indicados pelas Forças Políticas com assento na mesma, o que pode ser um factor qualitativo a acrescentar à proposta apresentada pelos membros eleitos do PS.-----

O senhor Arnaldo Frade referiu compreender a posição do BE sobre esta proposta, tendo em conta que esta Força Política só está representada por um elemento na Assembleia Municipal, pelo que, considerou que se trata de uma questão que deve ser ponderada pela Assembleia.-----

Interveio o senhor Jaime Cáceres, o qual, em nome dos eleitos da CDU, considerou que não faz sentido a criação de uma Comissão da Saúde, porque já existe uma **Comissão de acompanhamento da situação relativa ao encerramento do SADU**, a qual pode prosseguir o seu trabalho.-----

Relativamente à Educação, são também de opinião que não deve ser criada uma comissão, porque já existe o Conselho Municipal de Educação, com pessoas especializadas nesta matéria, onde a Assembleia Municipal está representada.-----

Em relação às comissões do Ambiente e do Desenvolvimento Económico, solicitou mais algum tempo para ponderar sobre as mesmas, dado que a constituição das mesmas também lhes suscitam algumas dúvidas.-----

O senhor Arnaldo Frade referiu que da intervenção do senhor Jaime Cáceres extraiu que a CDU entende que a Comissão eventual para acompanhamento da situação do SADU, pode passar a ser permanente, com a mesma composição, se a Assembleia Municipal assim o entender.-----

Quando à Educação, considerou que o Conselho Municipal de Educação tem uma determinada configuração, onde estão representadas várias instituições por elementos indicados por estas, alguns não eleitos.-----

Mais referiu que a proposta de criação destas comissões tem como objectivo dar um importante salto qualitativo em termos de organização, de forma a dar resposta a questões estruturantes da actividade municipal importantes para o Concelho.-----

O senhor Jaime Cáceres referiu que o que entendeu da intervenção do senhor Arnaldo Frade é que tanto faz estas comissões como qualquer outras, o que interessa é o protagonismo, acrescentando que não é isso que a CDU pretende.-----

O senhor Arnaldo Frade referiu que o Grupo Municipal do PS ao apresentar a proposta em apreço, o fez no sentido de dar um contributo para o Município, de uma forma séria. Acrescentou que indicaram aqueles quatro temas porque os consideram importantes, o que não impede que se acrescentem outros.-----

O senhor Jaime Cáceres referiu que também considera que o assunto é sério, acrescentando que é a CDU que governa o Município com uma maioria que o povo lhe deu e que a proposta dos eleitos do PS vai no sentido desta ficar em minoria.-----

O senhor Arnaldo Frade referiu que, se a questão é o problema da maioria, os proponentes estão disponíveis para considerarem outra composição das comissões, porque consideram que o mais importante é que elas existam.-----

Interveio o senhor Francisco Roque, considerando importante a organização da Assembleia Municipal com a criação de comissões especializadas, não devendo haver excepções para qualquer Força Política na sua constituição.-----

Mais considerou que a representatividade das comissões é meramente funcional, porque não vão decidir, dado que, cabe à Assembleia Municipal deliberar sobre os assuntos que aquelas colocarem à sua consideração.-----

Tendo em conta as intervenções feitas sobre este assunto, o senhor Presidente sugeriu aos proponentes uma eventual reformulação da proposta.-----

O senhor Arnaldo Frade referiu que dada a forma como as questões foram abordadas e não se colocando por parte dos proponentes qualquer problema no que respeita a representatividade, considera que não há lugar à reformulação da proposta, relativamente à qual a CDU não tem uma opinião positiva. Acrescentou que, se a CDU quiser apresentar uma proposta no mesmo sentido, em que o PS esteja representado, estão abertos para participar no sentido de dar o seu contributo à actividade autárquica, porque querem ser parte da solução.-----

O senhor Jorge Pinela questionou sobre o número de representantes da CDU nas outras comissões, acrescentando que lhe parece que não tem sido mais do que um, em algumas comissões.-----

O senhor Francisco Roque, considerou que se devia ponderar votar a criação das comissões e deixar em aberto as questões relativas à sua constituição e representatividade, para posterior definição pela Assembleia Municipal.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou para votação a **proposta** apresentada pelo Grupo Municipal do PS, a qual foi **rejeitada, por maioria**, com dezanove votos contra dos eleitos da CDU senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, Margarida Isabel de Matos Pereira, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, António Brites Afonso,

Alexandre Barradas, José Neves e Albano Mestre. Uma abstenção do senhor Francisco Roque, do BE, e nove votos a favor, seis dos eleitos do PS, senhores Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, José Augusto Sabino Diogo, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Augusto Pereira de Sousa e três dos eleitos do PSD senhores, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Jorge Manuel Pereira Simões Rosa.

CONTINUAÇÃO DOS TRABALHOS

Atingidas que foram as vinte e quatro horas, o senhor presidente colocou à consideração da Assembleia Municipal a continuação dos trabalhos. Não foram levantadas objecções.

4. PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL

---a) Geminação entre a Cidade de Santiago do Cacém e a Cidade de Santiago de Compostela;

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:

“PROPOSTA: Solicitar à Assembleia Municipal autorização para a Geminação entre a Cidade de Santiago do Cacém e a Cidade de Santiago de Compostela, em conformidade com o teor do Protocolo a estabelecer entre as partes para o Acordo de Geminação.*

FUNDAMENTOS: 1. Em reunião de Câmara de 26/04/2007 foi aprovada, por unanimidade, a minuta de protocolo de intenções para a Geminação entre as Cidades de Santiago do Cacém e Santiago de Compostela.

2. De acordo com o teor da certidão do Pleno do Concello de Santiago de Compostela, de aceitação do acordo de Geminação com a cidade de Santiago do Cacém, aprovado, por unanimidade na sua reunião de 26/04/2007.

3. Nos termos da alínea d) do nº 4 da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

* Documento que é dado como reproduzido na presente com o número dez, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas, depois de rubricado pelos membros da Mesa.

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão.

Interveio o senhor Arnaldo Frade, referindo que o Município deve avançar na cooperação internacional, de forma que permita a obtenção de bons resultados para ambas as partes. Acrescentou que os eleitos do PS entendem que esta é uma iniciativa estratégica para o Município, pelo que, apresentaram na Câmara Municipal uma proposta sobre esta matéria, a qual foi aprovada, por unanimidade.

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, o qual precisou que a proposta apresentada pelos eleitos do PS na Câmara Municipal sobre cooperação internacional, foi aprovada, por unanimidade, depois de reformulado, pelos proponentes, o texto inicialmente apresentado e com a inclusão da geminação com Santiago de Compostela, apresentada pelos eleitos da CDU, dado que aquela proposta não a contemplava.

Mais referiu que é importante que o primeiro acordo de geminação seja celebrado com Santiago de Compostela e que o mesmo aconteça no âmbito da exposição “No caminho sob as estrelas – Santiago e a peregrinação a Compostela”.

O senhor Arnaldo Frade esclareceu que se tratava de uma proposta de cooperação internacional, de âmbito geral, pelo que não tinha que indicar esta ou aquela cidade para efeitos de geminação.

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade e aclamação.**”--

---b) **Empréstimo de Longo Prazo até ao montante de 1.500.000 euros;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA: 1.** Efectuar contrato de Empréstimo de Longo Prazo com o Banco Português de Investimento (BPI), até ao montante de 1.500.000,00€ (Um milhão e quinhentos mil euros), para financiamento do projecto da ZIL do Cercal.-----

Prazo Global – Até 20 anos-----

Período de utilização e diferimento – Até 2 anos-----

Taxa de Juro – Euribor a 1 mês, acrescida de um “spread” de 0,04%-----

Reembolsos – Prestações mensais e postecipadas, constantes de capital e juros.-----

Garantia – De acordo com a legislação em vigor.-----

2. Solicitar à Assembleia Municipal a aprovação do empréstimo nas condições referidas no ponto um.-----

FUNDAMENTOS: A proposta do Banco Português de Investimento é a mais vantajosa.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por unanimidade.** -----

---c) **1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos - PPI - 2007/2010;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA: 1.** Aprovar a primeira revisão ao Plano Plurianual de Investimento dois mil e sete / dois mil e dez, conforme documento em anexo. *-----

FUNDAMENTOS: 1. De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro. -----

2. Conforme o disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

* O documento é dado como reproduzido na presente acta com o número onze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, dos eleitos da CDU senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, Margarida Isabel de Matos Pereira, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, António Brites Afonso, Alexandre Barradas, José Neves e Albano Mestre e nove abstenções, uma do senhor Francisco Roque, cinco dos eleitos do PS senhores, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Augusto Pereira de Sousa e três dos eleitos do PSD senhores, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Jorge Manuel Pereira Simões Rosa.-----

O senhor José Augusto Sabino Diogo, não teve presente nesta deliberação.-----

---d) 1ª Revisão às Actividades Mais Relevantes -AMRs – 2007/2010;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“PROPOSTA: 1. Aprovar a primeira revisão às Actividades Mais Relevantes dois mil e sete / dois mil e dez, conforme documento em anexo. *-----

FUNDAMENTOS: 1. De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro. -----

2. Conforme o disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

* O documento é dado como reproduzido na presente acta com o número doze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, dos eleitos da CDU senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves Pereira, Margarida Isabel de Matos Pereira, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, António Brites Afonso, Alexandre Barradas, José Neves e Albano Mestre e nove abstenções, uma do senhor Francisco Roque, cinco dos eleitos do PS senhores, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Augusto Pereira de Sousa e três dos eleitos do PSD senhores, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Jorge Manuel Pereira Simões Rosa.-----

O senhor José Augusto Sabino Diogo, não teve presente nesta deliberação.-----

---e) 1ª Revisão ao Orçamento de 2007;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“PROPOSTA: 1. Aprovar a primeira revisão ao Orçamento de 2007, conforme documento em anexo. *-----

FUNDAMENTOS: 1. De acordo com o ponto 8.3.2 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais aprovado pelo Decreto-lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro. -----

2. Conforme o disposto na alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

* O documento é dado como reproduzido na presente acta com o número treze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas depois de rubricado pelos membros da Mesa.

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, dos eleitos da CDU senhores, Sérgio Baptista Pereira Bento, Maria Olímpia Lampreia Silva, Paula Maria Daniel de Melo Lopes, Joaquim António Gamito, António Gonçalves

Pereira, Margarida Isabel de Matos Pereira, Rui Manuel da Conceição Madeira dos Santos, António Albino, Hélder António Pereira Nunes, Vítor Paulo de Jesus Miguel Barata, Jaime António Pereira Pires de Cáceres, Armando Vítor Rodrigues Climas, Joaquim António Gonçalves, Pedro Miguel Candeias Pereira Gamito, Fernando Gonçalves dos Santos, António Brites Afonso, Alexandre Barradas, José Neves e Albano Mestre e nove abstenções, uma do senhor Francisco Roque, cinco dos eleitos do PS senhores, Arnaldo Pereira Gonçalves Frade, Maria de Lurdes Palminha Pereira Gomes, Miriam Mills Mascarenhas Barbosa Vicente, Alberto Manuel de Sousa Dias de Brito e Fernando Augusto Pereira de Sousa e três dos eleitos do PSD senhores, Nuno Alexandre Vilhena Braz, António João Antunes Isidoro e Jorge Manuel Pereira Simões Rosa.-----

O senhor José Augusto Sabino Diogo, não teve presente nesta deliberação.-----

---f) Imputação das despesas com pessoal do quadro próprio e outro da Associação de Municípios do Litoral Alentejano – AMLA;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA: 1.** Aprovar a imputação, da parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém, das despesas com pessoal do quadro próprio e outro da AMLA para o ano de 2007, no montante de 26.518,18 euros, (vinte e seis mil quinhentos e dezoito euros e dezoito cêntimos), equivalente a um quinto do total, de acordo com as deliberações dos órgãos da AMLA.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 33º da Lei nº 11/2003, de 13 de Maio.”-----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.**”-----

---g) Imputação das despesas com pessoal do quadro próprio e outro da Associação de Municípios da Região de Setúbal – AMRS;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA: 1.** Aprovar a imputação, da parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém (0,36% - 502,76 euros), das despesas com pessoal do quadro próprio e outro da AMRS para o ano de 2007, de acordo com as deliberações dos órgãos da AMRS.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 33º da Lei nº 11/2003, de 13 de Maio.”-----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.**”-----

---h) Imputação das despesas com pessoal do quadro próprio e outro da Associação de Municípios do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral – AMBAAL;-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA: 1.** Aprovar a imputação, da parte correspondente ao Município de Santiago do Cacém, das despesas com pessoal do quadro próprio e outro da AMBAAL para o ano de 2007, sendo de 2,20% e 13.798,06 euros para o pessoal do quadro e

2,20% e 3.361,21 euros (três mil trezentos e sessenta e um euros e vinte e um cêntimos) para pessoal fora do quadro, de acordo com as deliberações dos órgãos da AMBAAL.---
FUNDAMENTOS: Nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 33º da Lei nº 11/2003, de 13 de Maio.”-----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.**”-----

---i) **Repartição do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) entre Receita Corrente e de Capital;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA: 1.** Definir uma percentagem de 65% do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF) para o valor a transferir como Transferência corrente no ano de 2008.-----

2. Submeter a deliberação da Assembleia Municipal.-----

FUNDAMENTOS: 1. Tendo em conta a forte pressão sobre as despesas correntes.-----

2. De acordo com o nº 3 do artigo 25º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro.”-----

O senhor Presidente colocou a proposta para discussão. -----

Interveio o senhor Francisco Roque, referindo que o mais importante é a qualidade da despesa, devendo a opção ser pela despesa de Capital.-----

Acrescentou que a Câmara Municipal ao investir em novos equipamentos nomeadamente, as Piscinas Municipais, o Auditório, a Biblioteca Municipal de Santo André, teve necessariamente um aumento nas despesas Correntes.-----

Mais referiu que se irá abster porque não sabe se se justificará a despesa de Capital ou a despesa Corrente que vai ser feita.-----

Não havendo mais inscrições para o uso da palavra, o senhor Presidente colocou a **proposta** a votação, a qual foi **aprovada, por maioria**, com dezanove votos a favor, dos eleitos da CDU, e nove abstenções, cinco dos eleitos do PS, três dos eleitos do PSD e uma do eleito do BE.”-----

JUSTIFICAÇÃO DE VOTO: Pelo senhor Arnaldo Frade, em nome do Grupo Municipal do PS, foi feita a seguinte declaração de voto: “A posição dos eleitos do PS tem a ver com questões de princípio, porque consideram que deve ser feito um esforço para diminuir as despesas correntes, o qual está reflectido no Orçamento para o ano em curso, acrescentando que esta Transferência prejudica o investimento.”-----

---j) **ER 261 – Pontão ao Km 51 + 120 – Substituição de Obra de Arte – Pedido de reconhecimento de Interesse Público devido a ocupação de solos da REN;**-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que apresentou e fundamentou a seguinte proposta:-----

“**PROPOSTA:** Solicitar à Assembleia Municipal a **Declaração de Interesse Municipal** do Pontão referido em epígrafe, o qual é descrito pela Estradas de Portugal como estando “...em bastante mau estado de conservação.”-----

A acção a realizar, substituição da obra de arte, tem interferências com terrenos da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN), sendo no caso da REN necessário a emissão da Declaração de Interesse Municipal.-----

FUNDAMENTOS: Nos termos da alínea h, n.º2, Artigo 64º, e da alínea b, do n.º3, Artigo 53º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002.”-----

O senhor Presidente colocou a **proposta** para discussão. Não houve inscrições para o uso da palavra, pelo que a colocou, de imediato, a votação, tendo sido **aprovada, por unanimidade.**”-----

5. ACTIVIDADE AUTÁRQUICA-----

O senhor Presidente concedeu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal para apresentação da informação sobre a actividade da Câmara Municipal de Abril e Maio de dois mil e sete, documento que é dado como reproduzido na presente acta com o número catorze, ficando arquivado na pasta anexa ao livro de actas depois de rubricado pelos membros da Mesa.-----

Interveio o senhor Jorge Pinela, chamando a atenção para o facto da Feira Agrícola se afastar cada vez mais do seu cariz agrícola, acrescentando que aquele Certame deve ser um ponto de encontro para tratar de negócios, pelo que, a preocupação principal não deve ser a realização de concertos para atrair mais visitantes, mas sim inovar aquele espaço para um maior contributo no desenvolvimento do sector agrícola.-----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi lida pela senhora Primeira Secretária a relação em minuta das deliberações tomadas na presente Sessão, a constar em acta.-----

Após a leitura foi a mesma colocada à discussão pelo senhor Presidente, não se tendo verificado inscrições para o fazer.-----

Em seguida procedeu-se à sua votação, tendo sido aprovada, por unanimidade.-----

Os trabalhos foram declarados encerrados pelo senhor Presidente, eram zero horas e trinta minutos.-----

Desta Sessão se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

